CONTRATO Nº 018/2016
Processo nº 51402.114350/2015-55

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTAS E RECEPCIONISTAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CONTRATANTE NAS UNIDADES DO DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, BAHIA, TOCANTINS, E MINAS GERAIS, QUE ENTRE SI FAZEM A CONTRATANTE – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. E WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELLI.

A **CONTRATANTE - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.**, empresa pública federal, prestadora de serviço público de transporte ferroviário, vinculada ao Ministério dos Transportes, com sede no Setor de Edifícios Público Sul - SEP/SUL, Entre Quadras 713/913, bloco "E", Asa Sul, cidade de Brasília (DF), CEP 70.390-135, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.150.664/0001-87, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 8.339.791-7 SSP/SP, inscrito sob o CPF nº 022.388.828-12, residente e domiciliado na cidade de São Paulo (SP), e por seu Diretor de Administração e Finanças **HANDERSON CABRAL RIBEIRO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 3400773 DGPC/GO, inscrito no CPF sob o nº 813.771.341-72, residente e domiciliado em Brasília (DF), e e **WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELLI.**, estabelecida na Rua Conselheiro Ribas n° 297, Vila Anastácio, São Paulo – SP, CEP: 05.093-060, inscrito no CNPJ/MF sob nº **56.419.492/0001-09**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por seu Procurador, **LUIZ CLAUDIO PEREIRA SANTOS**, portador da carteira de identidade nº 0410001104 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 567.230.755-87567.230.755-87**,** mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de motoristas e recepcionistas, para atender as necessidades da VALEC nas unidades do Distrito Federal - DF, referente ao Lote 02, conforme as especificações e condições constantes no Termo de Referência e Edital do Pregão Eletrônico n° 012/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. A presente contratação decorre do procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 012/2015, sob o regime de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, tendo por fundamento legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

de 2001; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007; na Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30/04/2008, e suas alterações (IN SLTI/MP nº 03, de 15/10/2009, IN SLTI/MP nº 04, de 11/11/2009, IN/SLTI nº 05, de 18/12/2009 e IN 06/2013/SLTI/MPOG); IN Nº01/ SLTI, de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa Nº 02/2010 – SLTI MPOG, de 11 de outubro de 2010, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 27 de junho de 2014 e, subsidiariamente, às disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

3.1 O valor da presente contratação é de **R$ 1.874.251,44 (um milhão, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais quarenta e quatro centavos)** e, correrão à conta dos recursos da CONTRATANTE destinados para tal, conforme tabela descritiva a seguir:

Preço Referencial - Lote 2 - Brasília

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de Motorista e Recepcionista executados de forma contínua

RESUMO POR LOCALIDADE (Considerando despesas Eventuais)

Localidade	Postos Motorista e Recepcionista – valor e quantidade postos por					Valor Mensal	Valor Global
	Motorista (44h)		*Recepcionista (44h)*		*Quant. por Localidade **		
	Q.P.	*Valor (R$)*	*Q.P.*	*Valor (R$)*	*QP*		
Brasília	*10*	R$ 4.630,30	*25*	R$ 3.728,93	*35*	R$ 139.526,25	R$ 1.674.315,00
Valor Mensal Regular Dos Serviços (Recepcionista + Motorista)						**R$ 139.526,25**	
Valor Anual Regular Dos Serviços (Recepcionista + Motorista)						**R$ 1.674.315,00**	

** Q.P. Quantidade de Postos por localidade (motorista+recepcionista)*

Despesas Eventuais (Somente Categoria Motoristas)

Descrição	Qtd.(mensal)	Valor Unitário (R$)	Valor Mensal (R$)	Valor Anual (R$)
Diárias (Com incorporação)	38	R$ 277,89	R$ 10.559,82	R$ 126.717,84
HE 50% (Sem Adicional Noturno)	200	R$ 22,35	R$ 4.470,00	R$ 53.640,00
HE 50% (Com Adicional Noturno)	35	R$ 25,33	R$ 886,55	R$ 10.638,60
HE 100%	25	R$ 29,80	R$ 745,00	R$ 8.940,00
Subtotal Despesas Eventuais			**R$ 16.661,37**	**R$ 199.936,44**

	Valor Mensal (R$)	Valor Anual (R$)
Valor Regular Dos Serviços + Despesas Eventuais	**R$ 156.187,62**	**R$ 1.874.251,44**

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1 O contrato a ser firmado vigerá por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da CONTRATANTE e da CONTRATADA conjuntamente,

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

ser prorrogado, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, de acordo com o disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

d) A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

4.2 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados nos primeiros 12 (doze) meses da contratação deverão ser eliminados como condição para a prorrogação, em conformidade com o disposto no inciso XVII, do art. 19, da IN SLTI nº 02/2008.

4.3 Em conformidade com o disposto no § 2º inciso II, do art. 30-A, da IN SLTI nº 02/2008, a vantajosidade econômica para prorrogação do contrato está assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, uma vez que o mesmo tem previsões de que:

4.4 Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei;

4.5 Os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE.

4.6 A Administração não poderá prorrogar o contrato quando a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão CONTRATANTE, enquanto perdurarem os efeitos, de acordo com o art. 30, § 5º inciso II, da IN SLTI nº 02/2008.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1 O pagamento será efetuado em parcela única, por meio de ordem bancária (OB), em conformidade com a alínea "a", inciso XIV, artigo 40, da Lei nº 8.666/93, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da fatura ou nota fiscal devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

5.2 A Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA, deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no art. 35 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008.

5.2.1 Para atendimento do Ajuste SINIEF n.º 07/05, com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF n.º 22/13 (Cláusula Décima), é necessário que por ocasião da emissão de suas Notas Fiscais, a partir de 01/02/2014, a CONTRATADA envie o arquivo digital denominado

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

XML com as respectivas notas ficais eletrônicas emitidas para o seguinte endereço eletrônico: gecon.nfe@CONTRATANTE.gov.br;

5.2.2 Os contribuintes que não se enquadrarem no estabelecido pelo Ajuste SINIEF nº 07/05 com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF 22/13 (Cláusula Décima), por ocasião da assinatura da Ordem de Serviço, deverão elaborar e encaminhar, concomitantemente, declaração à CONTRATANTE informando essa condição;

5.2.3 O atendimento ao item 5.2.2., não exclui a responsabilidade da CONTRATADA de apresentar as respectivas Notas Fiscais, em meio físico, ao Protocolo da CONTRATANTE;

5.2.4 A Nota Fiscal/Fatura não poderá ser apresentada antes do último dia do mês de adimplemento da obrigação;

5.2.5 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, obrigatoriamente, o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

5.2.6 No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida à Licitante vencedora, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data de sua reapresentação.

5.2.7 Da mesma forma, no caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Faturas, serão estes restituídos à Licitante vencedora para correções solicitadas, não implicando a CONTRATANTE quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

5.2.8 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento, ou seja, a contagem de novo prazo de 30 (trinta) dias, será iniciada a partir da data da reapresentação do documento corrigido.

5.2.9 Atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas no item anterior, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.

5.2.10 Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura de prestação de serviços, deverão ser apresentadas as cópias das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIPS-SEFIP, bem como, a Relação de Empregados concernente ao mês imediatamente anterior à realização dos serviços.

5.2.11 Deverá constar na Nota Fiscal ou Fatura o detalhamento dos serviços executados, o nome do banco, o número da agência, a praça e o número da conta, para que lhe seja efetuado o crédito bancário referente ao pagamento.

5.2.12 Caso ocorra eventual atraso no pagamento, por causa exclusiva da CONTRATANTE, deverá essa, mediante pedido da CONTRATADA, proceder com a atualização financeira do valor devido, que deverá ser corrigido monetariamente desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, com acréscimo de juros de mora a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

I = (TX/100) / 365

Visto da GECOC/SULIC

Raphael de Sousa Brandão

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira; TX = Taxa de Juro Anual; EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista e o efetivo pagamento e VP = Valor da Parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (i/100)/365

no qual i = taxa percentual anual no valor de 6%.

5.2.13 A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:

5.2.14 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

5.2.15 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

5.2.16 O pagamento pela CONTRATANTE das verbas destinadas ao pagamento das férias e 13º (décimo terceiro) dos trabalhadores da CONTRATADA deverá ser feito em conta vinculada, conforme previsto no Termo de Referência no tópico "21. Da Conta Vinculada".

5.2.17 Se por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, não forem realizados os serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento, restringindo-se a obrigação dos serviços efetivamente efetuados, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.2.18 A CONTRATANTE poderá deduzir da garantia contratual, ou, sendo esta insuficiente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com este Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 Os recursos orçamentários, para custear a despesa, objeto do Contrato está em conformidade com a Lei Orçamentária Anual de 2016 – LOA/2016, Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 15 de janeiro de 2016, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2016, Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, publicada na Edição Extra do Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 2015 e com o Plano Plurianual – PPA 2016/2019, Lei 13.249 de 13 de janeiro de 2016, nos termos do inciso II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Reponsabilidade Fiscal), conforme abaixo discriminado:

- ✓ Funcionais Programáticas: 26.122.2126.2000.0001 e 26.122.2126.8785.0001;
- ✓ Natureza da Despesa: 33.90.37.01;
- ✓ Fonte: 0100;
- ✓ Nota de Empenho nº 2016NE000161.

6.2 Os recursos para os exercícios subsequentes a 2016 deverão estar consignados nas respectivas Propostas Orçamentárias.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE:

7.1.1 Mensalmente, a escala de trabalho dos empregados.

7.1.2 Mensalmente, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/1995, os comprovantes de pagamento dos empregados referentes ao mês anterior ao vencido e recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, bem como do fornecimento de vales-transportes e vale-refeição/alimentação, pertinentes ao contrato.

7.2 A CONTRATADA obriga-se à:

7.2.1 Implantar e iniciar, em no máximo 5 (cinco) dias corridos contados a partir da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço, a execução dos serviços pactuados, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir suas atividades conforme estabelecido.

7.2.2 Manter arquivo com toda documentação relativa à execução do contrato a ser firmado, inclusive o cumprimento de suas obrigações trabalhistas e fiscais junto aos empregados mobilizados.

7.2.3 Ser responsável por todo e qualquer prejuízo ou dano causado ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução contratual.

7.2.4 Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.

7.2.5 Propiciar que as comunicações entre as partes sejam realizadas tanto por escrito, como por meio eletrônico.

7.2.6 Apresentar à época da assinatura do Contrato, bem como na ocasião de assinatura de Termos Aditivos de prorrogação, a apólice de seguro coletivo de vida dos prestadores de serviços lotados neste órgão, conforme estipulado na CCT.

7.2.7 Executar as diretrizes de segurança do órgão, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis.

7.2.8 Recrutar, em seu nome e sob sua responsabilidade e vínculo empregatício exclusivo, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente, vale-alimentação/refeição, vale-transporte, de acordo com o horário de trabalho e local de residência, e de qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades, em decorrência de sua condição de empregadora, impossibilitada a transferência de responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE e a oneração do contrato.

7.2.9 Apresentar por ocasião da assinatura do contrato a relação dos empregados indicados para os serviços com a respectiva avaliação individual, a qual deverá atender as exigências da CONTRATANTE, que poderá impugnar os que não preencherem as condições necessárias.

7.2.10 Apresentar ao Fiscal e/ou Gestor do Contrato, com até cinco dias corridos após o início da prestação dos serviços, ficha cadastral dos empregados devidamente digitadas ou informatizada, com informações mínimas para identificação do empregado como por exemplo: Cópia RG e CPF, foto 3x4 recente, endereço completo e telefone (s) para contato.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.2.11 Executar os serviços conforme as especificações e os prazos constantes deste Termo, com a observância dos seus encargos e das suas responsabilidades.

7.2.12 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

7.2.13 Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

7.2.14 Realizar o crédito corresponde à(s) diária(s) para o motorista no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação formal da CONTRATANTE.

7.2.15 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas, tomando imediatamente as providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos.

7.2.16 Manter seu pessoal orientado com relação a todo o funcionamento do local de prestação dos serviços, principalmente no que diz respeito aos elevadores, bombas, parte elétrica e hidráulica, dentre outros.

7.2.17 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida, que impeça ou retarde a execução do contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao seu esclarecimento.

7.2.18 Manter os empregados devidamente identificados através do uso de crachás e uniformizados de forma condizente com o serviço a executar e com as exigências deste Termo, dentro dos padrões de eficiência e higiene recomendáveis e, em conformidade com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, devendo a CONTRATADA submeter amostra para aprovação, por parte da CONTRATANTE, do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada a esta o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, sendo o uniforme de acordo com o especificado neste Termo de Referência.

7.2.19 Manter a disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados para atender eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATANTE.

7.2.20 Acatar as exigências da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, horários e ainda, a imediata correção das deficiências alinhadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados.

7.2.21 Permitir, sempre que necessário, que o Fiscal e/ou Gestor do Contrato designado pela CONTRATANTE tenha acesso ao controle de frequência.

7.2.22 Designar responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante legal ou preposto para tratar de todos os assuntos relacionados ao contrato junto à CONTRATANTE, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, observando-se o atendimento desse requisito por lote.

7.2.23 Fornecer à CONTRATANTE, através do Representante e/ou preposto da CONTRATADA, com data anterior ao atesto da fatura, relatório técnico mensal das atividades realizadas e consideradas relevantes, sob pena do não atesto da fatura.

7.2.24 Efetuar o controle de entrada e saída de pessoas nas dependências da CONTRATANTE, sendo que a categoria de recepcionista deverá executar a respectivo controle por meio do sistema informatizado e/ou manual.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.2.25 Entregar o conjunto de uniformes completo a cada um dos empregados, nas quantidades e periodicidade constantes do item 6.5 do Termo de Referência, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser enviada à CONTRATANTE. O custo com os uniformes e equipamentos não poderá ser repassado aos empregados.

7.2.26 Fornecer uniformes apropriados no caso de empregada gestante, substituindo-os sempre que estiverem apertados e seu custo não poderá ser repassado ao empregado.

7.2.27 Substituir os uniformes de acordo com a frequência apresentado na tabela do item 6.5 do Termo de Referência, contados a partir da assinatura do contrato ou anteriormente, sempre que não atenderem às condições mínimas de apresentação.

7.2.28 Exigir de todos os seus empregados apresentação de forma condizente com o ambiente de trabalho, devendo, no caso masculino, trajar uniforme limpo, passado, unhas e cabelos cortados, barbas feitas e, no caso feminino, além de boa apresentação dos uniformes, os cabelos preferencialmente estarem presos ou curtos, as unhas bem feitas e os rostos com discreta maquiagem.

7.2.29 Colocar à disposição da CONTRATANTE o quantitativo de postos previstos neste Contrato, podendo o mesmo ser alterado, para mais ou para menos, a critério da CONTRATANTE, respeitados os quantitativos da especificação da demanda e limites previstos em lei.

7.2.30 Prover toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos postos de serviços de motorista e recepcionista, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação vigente.

7.2.31 Substituir, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a comunicação da CONTRATANTE, os empregados faltosos, bem como os que não se apresentarem devidamente uniformizados e com crachá/plaqueta, os que não tiverem a qualificação necessária e não se apresentarem no horário de início da execução dos serviços.

7.2.32 Substituir qualquer empregado, sempre que seus serviços e/ou conduta, forem julgados insatisfatórios e/ou prejudiciais à CONTRATANTE, sendo vedado o retorno dos mesmos às dependências da CONTRATANTE para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias.

7.2.33 Responsabilizar-se pelo transporte dos empregados de suas residências até as dependências da CONTRATANTE, bem como o retorno por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes coletivos e nas situações onde se faça necessária a execução do transporte em regime extraordinário.

7.2.34 Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta, em virtude do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE, de acordo com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

7.2.35 Responsabilizar-se pelas multas decorrentes das infrações de trânsito cometidas por seus empregados alocados na prestação de serviço motorista quando no desempenho de suas atividades, devendo efetuar o pagamento das infrações até a data de vencimento, independente da interposição de recursos.

7.2.36 Assessorar seus empregados motoristas na interposição de recursos contra a aplicação de penalidade por infração de trânsito.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.2.37 Assumir todas as responsabilidades, sanções e multas, as quais deverão correr a expensas da CONTRATADA.

7.2.38 Qualificar antecipadamente os empregados reservas, visando a dar-lhes as condições para ter um excelente desempenho nos serviços prestados à CONTRATANTE.

7.2.39 Não permitir que os seus empregados executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando serviço na CONTRATANTE.

7.2.40 Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

7.2.41 Manter o quadro de pessoal suficiente para atendimentos dos serviços, conforme previsto neste documento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

7.2.42 Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro de 30(trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito.

7.2.43 Não CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual.

7.2.44 Permitir aos seus empregados que possam optar por receber vales refeição ou alimentação, que deverão ser amplamente aceitos na localidade de execução do serviço ou de residência.

7.2.45 Fornecer a cada empregado, quantitativo de vale refeição ou alimentação (no valor definido em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou em dissídio coletivo da classe), suficiente para cada mês, bem como o vale transporte também no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque residência/trabalho e vice-versa durante todo o mês, ambos em uma única entrega no último dia útil do mês que antecede a utilização.

7.2.46 Efetuar o pagamento do 13° (décimo terceiro) salário em conformidade com Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou dissídio coletivo da classe, na proporção a que fizer jus o empregado.

7.2.47 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

7.2.48 Cumprir as normas e regulamentos internos da CONTRATANTE.

7.2.49 Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de sanções administrativas.

7.2.50 Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

7.2.51 Atender às obrigações legais notadamente as relacionadas no Art. 19-A, incisos III a VIII da Instrução Normativa SLTI MPOG Nº 06/2013 conforme in verbis:

"III -previsão de que o pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)
IV - a obrigação da contratada de, no momento da assinatura do contrato, autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista na alínea "k" do inciso XIX do art. 19 desta Instrução Normativa; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)
V -a obrigação da contratada de, no momento da assinatura do contrato, autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)
VI -disposição prevendo que a contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

VII -disposição prevendo que a contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

VIII –disposição prevendo que a contratada deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização. (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013")

7.2.52 Viabilizar o acesso de seus empregados via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

7.2.53 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

7.2.54 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

7.2.55 Receber os valores contratuais devidos pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas no Contrato e na IN n° 02 de 30/04/2008 e suas alterações.

7.2.56 Prestar os serviços objeto do contrato, utilizando-se de empregados de bom nível educacional e moral, comprovando a formação educacional e experiência profissional por meio dos documentos indispensáveis à perfeita execução dos trabalhos, tendo a função profissional legalmente registrada em suas Carteiras de Trabalho e Previdência Social.

7.2.57 Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.2.58 Fornecer crachá de identificação aos empregados, sem ônus para a CONTRATANTE, contendo a razão social da empresa, nome, função e com fotografia recente, de uso obrigatório, para acesso às dependências da CONTRATANTE.

7.2.59 Encaminhar a CONTRATANTE, com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, a relação de empregados que usufruirão férias no período subsequente.

7.2.60 Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo a CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência.

7.2.61 Atender, de forma imediata, aqui considerada como de até 2(dois) dias úteis, as solicitações de substituições de profissionais, quando comprovadamente inadequados para a prestação dos serviços ou inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE, ou que não atendam às suas necessidades.

7.2.62 Impedir que os profissionais que cometam faltas disciplinares, qualificadas de natureza grave, sejam mantidos ou retornem às instalações da CONTRATANTE, na condição de prestadores de serviços.

7.2.63 Instruir seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

7.2.64 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou outros que mantenham vínculo com esses, ainda que nas dependências da CONTRATANTE, cumprindo todas as suas obrigações que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências para o exercício das atividades.

7.2.65 Emitir o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), em formulário próprio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências da CONTRATANTE.

7.2.66 Realizar as suas expensas, na forma da legislação pertinente, os exames médicos necessários na admissão, durante a vigência do contrato de trabalho e na demissão de seus empregados.

7.2.67 Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta, em virtude do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE, de acordo com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

7.2.68 Selecionar e treinar rigorosa e adequadamente os empregados alocados à prestação dos serviços.

7.2.69 Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, as comprovações respectivas. Os empregados deverão receber seus contracheques, com no mínimo, 1(um) dia de antecedência do pagamento.

7.2.70 Entregar ou depositar os valores correspondentes relativos ao Vale Transporte e Vale Alimentação, até o último dia útil do mês que antecede ao mês de competência.

7.2.71 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, os serviços contratados, nem subcontratar ou ceder total ou parcialmente quaisquer das prestações a que está obrigada.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

7.2.72 Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

7.2.73 Entregar a Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados envolvidos na prestação de serviços objeto deste Contrato, quando solicitado, à CONTRATANTE, no prazo de 3 (três) dias úteis.

7.2.74 Adotar, no caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, todas as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE, e mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza.

7.2.75 Assumir a responsabilidade por todos os ônus referentes aos serviços contratados, salários de pessoal, alimentação, transporte e assistência à saúde, quando em serviço, bem como os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

7.2.76 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

7.2.77 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.2.78 Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento das faturas correspondentes aos serviços contratados.

7.2.79 Apresentar, para fins de assinatura do contrato a ser firmado, Certidão Negativa de Débitos Salariais e Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas com plena validade pela DRT.

7.2.80 Não contratar, durante a vigência deste contrato, empregado da CONTRATANTE ou pessoa que mantenha vínculo familiar de até 3º grau com Agentes Públicos da CONTRATANTE, em atendimento ao art. 7º do Decreto Presidencial n.º 7.203, de 4 de julho de 2010.

7.2.81 De acordo com o Art. 19-A, da INSTRUÇÃO NORMATIVA MPOG Nº 06/2013, a CONTRATANTE deverá realizar para efeito da garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas decorrentes do Contrato com a CONTRATANTE, previsão de provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da CONTRATADA, que serão depositados pela Administração em CONTA VINCULADA específica, conforme o disposto no Anexo VII da Instrução Normativa - Conta Vinculada para a Quitação de Obrigações Trabalhistas.

7.2.82 Considerar os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços pela Administração, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, a CONTRATADA deverá, entre outras providências, otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição através das seguintes medidas, entre outras:

a) Orientar os empregados alocados nas instalações da CONTRATANTE, contempladas pelo Contrato, no que couber, para racionalização do consumo de energia elétrica e adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução da poluição e desperdício de materiais de consumo.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

c) Utilizar preferencialmente na confecção dos uniformes, produtos menos poluentes e agressivos ao meio ambiente que utilizem tecidos que tenham em sua composição fibras oriundas de material reciclável e/ou algodão orgânico.

d) Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental da CONTRATANTE.

7.2.83 Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação devendo comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições. A CONTRATADA deverá estar com a documentação fiscal e de seguridade social com prazos de validade vigentes e, conforme o caso, confirmados "*on line*" no SICAF. Constatada a irregularidade na documentação da CONTRATADA, a mesma será advertida por escrito, no sentido de regularizar sua situação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1 **A CONTRATANTE** obriga-se a:

8.1.1 Dirimir as dúvidas que porventura ocorram na prestação do serviço contratado, redirecionando as ações para sua solução;

8.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários e solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto, para o bom andamento das atividades e fiel execução do avençado;

8.1.3 Designar empregado para a gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, o qual verificará todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou imperfeições observadas;

8.1.4 Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA nas suas dependências, desde que devidamente identificados, para a execução dos serviços.

8.1.5 Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de pessoa por ela credenciada.

8.1.6 Anotar, em registro próprio, e notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, assinando prazo para a sua correção, quando não houver prazo estabelecido.

8.1.7 Apor assinatura no livro de ocorrências mantido pela CONTRATADA, para caracterizar ciência acerca dos registros realizados, adotando, se necessário, providências preventivas ou corretivas, bem como efetuando registros.

8.1.8 Realizar inspeções nos postos de trabalho mantidos em suas dependências, efetuando os devidos registros nos livros de ocorrência, bem como dando ciência formal à CONTRATADA acerca de possíveis irregularidades.

8.1.9 Cumprir e fazer cumprir o disposto no Contrato.

8.1.10 Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços contratados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas no contrato e em consonância com o CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO.

8.1.11 Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto da contratação.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

8.1.12 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas contratuais.

8.1.13 Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de sanções administrativas e contratuais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública.

8.1.14 Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

8.1.15 Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como, os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação.

8.1.16 Notificar e comunicar, por escrito, inclusive por meio de mensagem eletrônica, à CONTRATADA, toda e qualquer ocorrência relacionada a execução contratual e quaisquer irregularidades constatada na execução dos serviços consideradas de natureza grave ou relevante.

8.1.17 Examinar cópia das Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE, para comprovar o registro da função profissional e anotações pertinentes bem como demais documentações pertinentes.

8.1.18 Verificar, em relação aos empregados da CONTRATADA, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos, solicitando substituição, se for o caso.

8.1.19 Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios, ou qualquer outro documento que julgar necessário.

8.1.20 Fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:

9.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por servidores designados pela CONTRATANTE nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e da Instrução Normativa n.º 02/2008/SLTI/MP, especialmente, desta última, observado o art. 31 a 35, bem como o seu Anexo IV, e o que segue:

9.1.1 Competirá ao Gestor e Fiscais do Contrato dirimirem as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;

9.1.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE, ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

9.2 O Gestor e Fiscais do Contrato anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências de desempenho ou comportamento insatisfatório, irregularidades, falhas, insuficiências, erros e omissões constatados, relacionadas com a execução do Contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) empregados(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis;

9.2.1 As decisões e providências sugeridas pela CONTRATADA ou julgadas imprescindíveis, que ultrapassarem a competência dos servidores designados pela CONTRATANTE, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93;

9.2.2 O Gestor e Fiscais deverão conferir os relatórios mensais dos serviços executados pela CONTRATADA, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação de serviços, quando executados satisfatoriamente e conforme o contratado, observando se os valores estão corretos e em consonância com o acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para fins pagamento;

9.2.3 Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

9.2.4 Exigir rigor no cumprimento dos prazos;

9.2.5 Emitir pareceres em todos os atos da empresa relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, repactuações, prorrogações e rescisão.

9.2.6 Acompanhar os provisionamentos quanto à Conta Vinculada da CONTRATADA.

9.2.7 Solicitar as substituições dos prestadores quando julgar necessário.

9.2.8 Exigir zelo e boa técnica na execução dos serviços contratados.

9.2.9 Em especial fazer cumprir o § 4°, do art. 31, da Lei n° 9.032/1995.

9.3 Para cada contrato será designado um Gestor Contratual, pela CONTRATANTE, sendo que para cada localidade de prestação do serviço será designado um Fiscal de Contrato para auxiliar e dar suporte à fiscalização da prestação do serviço conforme denominações da Instrução Normativa n.º 02/2008/SLTI/MP, especialmente, desta última, observado o art. 31 a 35, bem como o seu Anexo IV.

9.4 Nos contratos dos lotes que houver apenas uma localidade para a prestação do serviço poderá ser designado um único empregado da CONTRATANTE para as funções de Gestor e Fiscal do Contrato.

9.5 Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

9.6 Com o objetivo de facilitar a comunicação entre as partes a CONTRATADA deve manter junto à CONTRATANTE uma relação atualizada com o(s) nome(s) e o(s) telefone(s) para contato da(s) pessoa(s) Representante(s) para eventuais necessidade.

9.7 Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da CONTRATANTE.

9.8 A fiscalização terá livre acesso aos locais de prestação de serviços da CONTRATADA.

9.9 A fiscalização não permitirá que a prestação de serviços seja executada em desacordo com as condições pré-estabelecidas.

9.10 A CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pela CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato.

9.11 As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo Gestor/Fiscal do Contrato, desde que a CONTRATADA não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

9.12 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução dos serviços.

9.13 Será observado, no que for cabível, o atendimento as determinações pertinentes, constantes da Instrução Normativa MPOG/SLTI n° 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

10.1 Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos do Contrato, a CONTRATADA deverá prestar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme previsto no § 1º do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 1993, e conforme definido no art. 19, inciso XIX da IN SLTI/MPOG n.º 02/2008, com redação dada pela IN SLTI/MPOG n.º 06/2013, com validade de 3 (três) meses após o término do período de vigência do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada, observados ainda os seguintes requisitos:

10.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária.

10.1.2 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

10.1.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.1.2;

10.1.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da CONTRATANTE;

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

10.1.5 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

10.1.6 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.1.7 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

10.1.8 A garantia será considerada extinta:

a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

b) Após o término de sua vigência, na forma estabelecida no caput deste Item, podendo ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

10.1.9 A CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

a) Caso fortuito ou força maior;

b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c) Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

d) Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;

10.1.10 Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no item anterior.

10.2 A CONTRATADA deverá repor, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor da garantia eventualmente utilizada pela CONTRATANTE.

10.3 A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução do Contrato e total adimplemento das Cláusulas avençadas.

10.4 No caso de eventuais acréscimos de serviços/repactuações deverá a CONTRATADA providenciar a adequação do valor da garantia prestada.

10.5 Para a prestação da garantia contratual, fica vedado à CONTRATADA, pactuar com terceiros (seguradoras, instituições financeiras, etc.), cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual.

10.6 Caso a garantia seja apresentada na modalidade caução - depósito em cheque, a mesma só será aceita após a comprovação da devida compensação.

10.7 A garantia deverá ter validade de 03 (três) meses após o termino da vigência contratual e será renovada a cada prorrogação efetivada, nos moldes do art. 56 da Lei n.º 8.666/93 e conforme definido no art. 19, inciso XIX da IN SLTI/MPOG n.º 02/2008, com redação dada pela IN SLTI/MPOG n.º 06/2013.

Visto da GECOC/SULIC

Raphael de Sousa Brandão

10.8 A garantia inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar 5% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais reajustamento, se houver).

10.9 A garantia somente será restituída à CONTRATADA após o integral cumprimento das obrigações contratuais. Caso a mesma seja insuficiente para cobertura de eventuais encargos não comprovados, o último pagamento devido ficará retido até comprovação das obrigações.

10.10 A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 3 (três) meses contados do final da vigência do contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, somente após comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a mesma será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CONTRATANTE, conforme estabelecido no inciso IV do art. 19-A da IN n.º 02/08/SLTI/MP, acrescentado pela IN n.º 06/13/SLTI/MP, sem prejuízo das demais sanções previstas no instrumento convocatório em seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1 Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a defesa prévia e o contraditório, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA, com fundamento na Seção II do Capítulo IV (Das Sanções Administrativas), artigo 87 da Lei n° 8.666/1993, as seguintes sanções:

11.1.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos à execução do objeto da licitação e não prejudiquem o andamento das atividades normais da CONTRATANTE.

11.1.2 **Multa**, que deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias do recebimento da intimação pela CONTRATADA, conforme abaixo:

a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" deste subitem, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ou em caso de participação no Pregão ou contratação de pessoa jurídica declarando-se como ME ou EPP, utilizando-se falsamente dos benefícios e/ou regime diferenciado estabelecidos na Lei Complementar n° 1 23/2006, sem prejuízo da rescisão unilateral do Contrato e encaminhamento de representação ao Ministério Público para apuração da eventual prática de crime. A conduta de não assinar o Contrato caracteriza inexecução total do Contrato;

d) 0,3% a 4,8% por ocorrência sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 1 e 2, do subitem 22.10;

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

e) 1% (um por cento) sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma.

Parágrafo Único - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou cobrado judicialmente se for o caso.

11.1.3 **Suspensão temporária** de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.1.4 **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração, os prejuízos resultantes depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.1.5 A punição de que trata o item 11.1.4, não poderá ultrapassar o período de 5 (cinco) anos, com fulcro no art. 5, inciso XLVII, alínea b, da Constituição da República e no art. 1 da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999.

11.1.6 A critério da CONTRATANTE, as sanções acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.1.7 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades estabelecidas conforme Art. 81 da Lei n° 8.666/93.

11.2 A licitante que, convocada no prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

11.3 Na aplicação das sanções a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado, observado o princípio da proporcionalidade.

11.4 A atuação da CONTRATADA no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, conforme determina o § 2º, do art. 36, da Lei nº 8.666/1993.

11.5 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

11.6 Conforme disposto no *art. 19, inciso XXVI da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008 e suas alterações* caracterizará como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

11.7 Os demais casos omissos neste Contrato e no Termo de Referência, garantida a prévia defesa, estão sujeitos às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93.

11.8 Caso a adjudicatária se recuse injustificadamente a celebrar o Contrato, aplicar-se-á multa de 15% (quinze por cento) do valor global do Contrato (12 meses) da sua Proposta de preço.

11.9 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 1 e 2:

TABELA 1 - Do Grau de Aplicação	
GRAU	**CORRESPONDÊNCIA**
1	0,3% por ocorrência sobre o valor mensal do contrato
2	0,6% por ocorrência sobre o valor mensal do contrato
3	1,2% por ocorrência sobre o valor mensal do contrato
4	2,4% por ocorrência sobre o valor mensal do contrato
5	4,8% por ocorrência sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2 - da Infração		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo ou mau apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência;	1
2	Atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pelo fiscal do contrato ou na execução de outras obrigações contratuais, por ocorrência;	1
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, desde que pertinentes às suas atividades, por ocorrência;	2
4	Manter empregado sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregado e por ocorrência;	2
5	Retirar empregado do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE, por empregado e ocorrência;	3
6	Manter, em serviço, número de empregados inferior ao contratado, por empregado e por ocorrência;	3
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por ocorrência, total ou parcialmente;	4
8	Descontar, indevidamente, do salário dos seus empregados o custo do uniforme, calçado e equipamento de proteção individual, por empregado;	4
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
10	Interromper a realização dos serviços, por ocorrência de paralisação;	5
Para os itens a seguir, DEIXAR de:		
11	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por ocorrência;	1
12	Deixar de apresentar registro de frequência e escala de férias de seus empregados, quando solicitado pelo fiscal, por ocorrência;	1
13	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por ocorrência;	1
14	Deixar de observar as determinações da CONTRATANTE quanto à permanência	1

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

	e circulação de seus empregados nos prédios, por ocorrência;	
15	Deixar de providenciar treinamento para seus empregados conforme previsto na relação de obrigações da Contratada;	1
16	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução do fiscal, por ocorrência;	1
17	Deixar de fornecer EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados ou deixar de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;	2
18	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo fiscal, por item e por ocorrência;	2
19	Deixar de apresentar prova de quitação de multas por possíveis infrações de trânsito, que porventura vierem a ser cometidas por seus subordinados, na direção de veículos quando em serviço em cumprimento à este Contrato.	2
20	Deixar de notificar à CONTRATANTE, previamente sobre qualquer transferência ou substituição de pessoal, por empregado;	2
21	Deixar de comunicar, por escrito, à CONTRATANTE, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços, por fato ocorrido;	2
22	Deixar de zelar pelas instalações da CONTRATANTE utilizadas, por item e por ocorrência;	2
23	Deixar de fornecer os uniformes para cada categoria, nas quantidades requeridas, por empregado e por ocorrência;	3
24	Deixar de designar preposto, por lote e por ocorrência;	3
25	Deixar de realizar o crédito corresponde à(s) diária(s) para o motorista no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação formal da CONTRATANTE, por empregado e por ocorrência;	3
26	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo fiscal do Contrato, por item e por ocorrência;	3
27	Deixar de efetuar a reposição de empregado faltoso, por empregado e por ocorrência;	4
28	Deixar de anotar regularmente as funções profissionais nas carteiras de trabalho dos empregados que atuarão na prestação de serviços, por empregado;	4
29	Deixar de efetuar o pagamento dos salários, vales-transportes e/ou tíquete-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, dentro dos prazos legais, e/ou nas datas avençadas, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato, por empregado e por ocorrência;	5
30	Deixar de cumprir as obrigações trabalhistas previstas na lei e na convenção coletiva;	5

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO:

12.1. O não cumprimento de qualquer dos itens e condições pactuadas no instrumento contratual ou a sua inexecução, por parte da CONTRATADA, implicará para a CONTRATANTE a faculdade de rescindir o contrato unilateralmente, independentemente de interpelação judicial, de acordo com o inciso I, do art. 79 da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

12.2. O não cumprimento de qualquer dos itens e condições pactuadas neste Instrumento ou a sua inexecução por parte da CONTRATADA, implicará para a CONTRATANTE a faculdade de se utilizar dos termos dos artigos 78 a 80, da Lei n.º

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

8.666/93 e alterações e nos termos da Instrução Normativa n.º 02, de 30 de abril de 2008 e suas alterações.

12.3. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 82 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na cláusula anterior.

12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.5. A CONTRATANTE, por ato unilateral escrito, poderá rescindir o presente Contrato quando da ocorrência de alguma das condições abaixo:

I. O não cumprimento, irregular ou lentidão no cumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato.

II. Atraso injustificado no início do cumprimento das obrigações assumidas por força do presente Contrato.

III. Paralisação da execução do presente Contrato sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE.

IV. A subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

V. Cometimento reiterado de faltas durante a execução do presente Contrato.

VI. Decretação de falência, requerimento de concordata, instauração de desobediência civil, dissolução da sociedade, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do Contrato.

VII. Ocorrência de força maior ou caso fortuito, regularmente impeditiva da execução do Contrato.

12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

12.7. O Termo de Rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda previstos; e

III. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

13.1 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que, a critério da CONTRATANTE, sejam necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

13.2 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, ressalvados os casos de supressões

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

estabelecidas mediante acordo entre as partes, conforme previsto no inciso II do § 2º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA REPACTUAÇÃO CONTRATUAL:

14.1 Os preços contratados poderão ser repactuados mediante solicitação da CONTRATADA.

14.2 A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997.

a) A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item 24.2, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta;

b) A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão-de-obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço;

c) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

d) A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custo da mão-de-obra decorrente desses instrumentos.

14.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

a) Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

b) Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

14.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

14.5 As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

14.6 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

14.7 Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

b) As particularidades do Contrato em vigência;

c) A nova planilha com a variação dos custos apresentada;

d) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

e) A disponibilidade orçamentária da CONTRATANTE.

14.8 O valor referente aos insumos do contrato será fixo e irreajustável por um período de 12 (doze) meses, quando então se promoverá a sua correção de acordo com o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA,** tomando-se por base o índice vigente no mês de apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

14.9 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

14.10 O prazo referido no item anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

14.11 As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

14.12 A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

14.13 As repactuações a que a CONTRATADA fizer *jus* e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

14.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

14.15 Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença por ventura existente.

14.16 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS QUANTITATIVOS DOS POSTOS DE SERVIÇOS:

15.1 A seguir tabela com as especificações e o quantitativo dos postos de motorista e recepcionista e demais detalhamentos da especificação da demanda conforme informado pela área requisitante:

Quantidade de Postos de Motorista e Recepcionista Nova Licitação							
Lotes	**Sindicato**	**Ano CCT**	**Nº Registro CCT no MTE**	**Posto**	**Salário Base CCT**	**Cidade**	**Qtde de Postos**
Lote2-DF	SEAC/DF e SINDISERVIÇOS/DF	2015	DF000131/2015	Recepcionista	-	Brasília	25
	SEAC/DF e SITTRATER/DF	2014-2015	DF000189/2015	Motorista	-	Brasília	10
Total							**35**

15.2 Será facultado à CONTRATANTE à contratação dos postos de acordo com a necessidade da demanda, obedecendo-se a quantidade máxima estabelecida na tabela acima.

15.3 As demais especificações acerca da demanda constam do item 6 do Termo de Referencia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

16.1 A prestação dos serviços será executada nos seguintes endereços:

Tabela - Local de Execução Serviços de Motorista e Recepcionista (CONTRATANTE)

Grupo/Lote	Posto	Endereço	Fone
Lote2 - DF	Brasília	SEPS 713/913 Bloco E CEP: 71390135	(61) 2029 6344

16.2 Conforme necessidade e a critério da CONTRATANTE, os serviços de Motorista poderão ser prestados em qualquer localidade nacional, por motivo de viagem.

16.3 Os endereços acima poderão ser alterados a qualquer momento mediante aviso prévio à CONTRATADA, obedecendo-se o limite de posto do respectivo lote e da Convenção Coletiva de Trabalho sem ônus para CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E PREENCHIMENTO DOS POSTOS DE SERVIÇOS

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

17.1 O preenchimento dos postos de serviço será por demanda mediante solicitação e, respectiva, aprovação do Gestor do contrato.

17.1.1 Os serviços serão mobilizados de acordo com a necessidade da CONTRATANTE conforme quantitativo estabelecido em Ordem de Serviço observando o quantitativo máximo contratado.

17.2 Os serviços deverão ser prestados em no máximo 5 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço, devendo a CONTRATADA atender às determinações do Item "7 – Das Obrigações da Contratada".

17.3 Recebido e aceito o preenchimento dos postos de serviços pela CONTRATANTE, dar-se-á início à contagem do tempo de disponibilidade para fins de faturamento.

17.4 A prestação final dos serviços, somente será considerada definitiva, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento do contrato em que a CONTRATADA deverá comprovar o atendimento das obrigações regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas, Convenção Coletiva de Trabalho, recolhimento das obrigações junto a Seguridade Social, FGTS e cumprimento das obrigações em relação aos empregados vinculados ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, os serviços objeto deste certame licitatório.

18.2 Em caso de fusão, cisão, incorporação ou alteração do contrato social, a CONTRATADA deverá imediatamente informar à CONTRATANTE e apresentar a documentação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

19.2 Será utilizada, como metodologia de avaliação da qualidade e aceite dos serviços, a observação do cumprimento das obrigações da CONTRATADA mencionadas como OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, nos prazos e formas ali estabelecidos, e todas as demais cláusulas do edital e seus anexos.

19.3 Observado o não cumprimento das obrigações ou a execução de forma insatisfatória pela CONTRATADA, competirá ao Fiscal e/ou ao Gestor do Contrato a notificação ao ordenador de despesa da CONTRATANTE, para avaliação quanto à abertura de procedimento administrativo para apuração de possível infração contratual, e fazer constar tais fatos no relatório mensal de fiscalização.

19.4 A execução completa do contrato só acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONTA VINCULADA

20.1 Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, com base na súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a CONTRATANTE depositará,

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA envolvidos na execução do contrato, em consonância com os dispostos no art. 19-A, e no anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 15 de outubro de 2009, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

20.1.1 Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos.

20.1.2 Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato.

20.1.3 Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato.

20.1.4 Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

20.1.5 O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado. (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

20.1.6 As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este item, serão destacadas do valor mensal do Contrato e depositados na mencionada conta vinculada, aberta em nome da CONTRATADA, em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação.

20.2 A movimentação da conta vinculada será mediante autorização da CONTRATANTE, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

20.3 O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes previsões:

20.3.1 13º salário;

20.3.2 Férias e Abono de Férias;

20.3.3 Adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa; e,

20.3.4 Impacto sobre férias e 13º salário.

20.4 A assinatura do contrato de prestação de serviços entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA do certame será precedida dos seguintes atos:

20.4.1 Solicitação da CONTRATANTE, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação, no nome da CONTRATADA; e,

20.4.2 Assinatura, pela CONTRATADA, no ato da regularização da conta corrente vinculada, de termo específico da instituição financeira oficial que permita a CONTRATANTE ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da CONTRATANTE.

20.5 Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem 4.3, depositados em conta vinculada deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

20.6 O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, 23,33% da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato.

20.7 A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.

20.7.1 Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

20.7.2 A CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferencia dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhado a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da CONTRATADA.

20.7.3 A autorização de que trata o subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

20.8 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de três dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

20.9 O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

20.10 Demais regras e obrigações quanto à CONTA VINCULADA ver ANEXO V do Termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

21.1 Considerando os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços pela Administração, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, a Licitante vencedora deverá, entre outras providências, otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição através das seguintes medidas, entre outras:

21.1.1 A CONTRATADA deve orientar os empregados alocados nas instalações da VALEC, contempladas pelo Contrato, no que couber, para racionalização do consumo de energia elétrica e adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;

21.1.2 A CONTRATADA deve treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução da poluição e desperdício de materiais de consumo racionalizando o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências da VALEC.

21.1.3 A CONTRATADA deve utilizar preferencialmente na confecção dos uniformes, produtos menos poluentes e agressivos ao meio ambiente que utilizem tecidos que tenham em sua composição fibras oriundas de material reciclável e/ou algodão orgânico.

21.1.4 A CONTRATADA deve assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

socioambiental da VALEC e estar aderente ao PLS – Plano de Logística e Sustentabilidade da VALEC no que for aplicável;

21.1.5 A CONTRATADA deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

21.1.6 São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil no processo de seleção dos profissionais das categorias de motoristas e recepcionistas.

21.1.7 É dever da CONTRATADA a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

21.1.8 É obrigação da CONTRATADA a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

21.1.9 A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

21.1.10 A CONTRATADA deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos empregados, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

21.1.11 É obrigação da CONTRATADA destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e insumos que foram utilizados na prestação de serviços.

21.1.12 A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às especificações e obrigações definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena das sanções administrativa quando do não cumprimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o objeto contratado.

22.2 Os empregados da CONTRATADA não terão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

22.3 Os casos não abordados serão definidos pela fiscalização da CONTRATANTE, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

22.4 Fazem parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição, o Termo de Referência e seus Anexos, além da Proposta de Preços da CONTRATADA e seus Anexos devidamente autuados no Processo nº 51402.114350/2015-55.

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

22.5 A execução deste Contrato regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios de teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

22.6 Por não se caracterizar objeto de alta complexidade e relevante vulto, NÃO SE APLICA a participação de Consórcio e Cooperativa para o respectivo certame licitatório.

22.7 Na hipótese de divergência das disposições entre o Termo de Referência, Edital e Contrato, prevalecerão as disposições do Termo de Referência e seus Anexos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

23.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação deste instrumento, por extrato, nos termos do Parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO:

24.1 O foro competente, eleito pelas partes, é o da Justiça Federal da cidade de Brasília - Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e acordadas, as Partes assinam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília-DF, 29 de janeiro de 2016.

VALEC- ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A:

HANDERSON CABRAL RIBEIRO
Diretor de Administração e Finanças

MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR
Diretor-Presidente

WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELLI

Luiz Claudio Pereira Santos

LUIZ CLAUDIO PEREIRA SANTOS
Procurador

TESTEMUNHAS:

NOME: Marisa Cristiane de Farias CPF: 793752351-49

NOME: Lídia Oliveira Salgado CPF: 100900696 76

Visto da GECOC/SULIC
Raphael de Sousa Brandão

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA E ACRE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 13/2016 UASG 393014

Nº Processo: 50622002432201509 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços contínuos e especializados de engenharia na área de manutenção predial preventiva e corretiva, bem como, para a execução, sob demanda, de serviços eventuais para atender às necessidades das Unidades Locais de Ji-Paraná/RO, Pimenta Bueno/RO, Vilhena/RO e Rio Branco/AC, com fornecimento de materiais, mão de obra, insumos, ferramentas e equipamentos necessários. Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 01/02/2016 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Rua Benjamin Constant, Nº 1015, Bairro Olaria PORTO VELHO - RO ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/393014-05-13-2016. Entrega das Propostas: a partir de 01/02/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/02/2016 às 10h30 n site www.comprasnet.gov.br.

JOSE MARIA EIRADO FILHO
Pregoeiro

(SIDEC - 29/01/2016) 393014-39252-2015NE800025

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2016 UASG 393013

Nº Processo: 50616003270201505 . Objeto: Fornecimento de água e prestação de serviços de esgoto sanitário, pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, para atender as instalações da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Santa Catarina situadas nas cidades de Florianópolis, São José, Mafra, Rio do Sul, Chapecó e São Miguel do Oeste, no transcorrer do exercício de 2016. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: A CASAN detém a exclusividade para o fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário nas cidades constantes do objeto. Declaração de Inexigibilidade em 21/12/2015. JULIO CESAR KAISER. Coordenador Substituto da Área de Administração e Finanças. Ratificação em 25/01/2016. RONALDO CARIONI BARBOSA. Substituto do Superintendente Regional - Dnit/sc. Valor Global: R$ 65.000,00. CNPJ CONTRATADA : 82.508.433/0001-17 COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN.

(SIDEC - 29/01/2016) 393013-39252-2015NE800015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2016 UASG 393013

Nº Processo: 50616003266201539 . Objeto: Contratação da Imprensa Nacional, para a prestação de serviços de publicação no Diário Oficial da União de atos oficiais e demais matérias de interesse do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, para atender as necessidades da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Santa Catarina, durante o exercício de 2016. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: O serviço de publicação de matérias no Diário Oficial da União é prestado exclusivamente pela Imprensa Nacional. Declaração de Inexigibilidade em 22/12/2015. JULIO CESAR KAISER. Coordenador Substituto da Área de Administração e Finanças. Ratificação em 25/01/2016. RONALDO CARIONI BARBOSA. Substituto do Superintendente Regional - Dnit/sc. Valor Global: R$ 50.000,00. CNPJ CONTRATADA : 04.196.645/0001-00 IMPRENSANACIONAL.

(SIDEC - 29/01/2016) 393013-39252-2015NE800015

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2016 UASG 393025

Nº Processo: 50608000061201681 . Objeto: Prestação de Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica para a Sede da Superintendência Regional do DNIT no Estado de São Paulo Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Trata-se de Fornecedor Exclusivo Declaração de Dispensa em 06/01/2016. RAUL CAPP PALLOTTA. Analista Administrativo. Ratificação em 28/01/2016. ROBERTO MENEZES RAVAGNANI. Superintendente Regional. Valor Global: R$ 82.000,00. CNPJ CONTRATADA : 61.695.227/0001-93 ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A.

(SIDEC - 29/01/2016) 393025-39252-2016NE800001

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2016 UASG 393025

Nº Processo: 50608000059201611 . Objeto: Fornecimento de Energia Elétrica para os Painéis de Mensagem de Ubatuba e de Piquete e Unidade de Ubatuba Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Trata-se de Fornecedor Exclusivo Declaração de Dispensa em 06/01/2016. RAUL CAPP PALLOTTA. Analista Administrativo. Ratificação em 27/01/2016. ROBERTO MENEZES RAVAGNANI. Superintendente Regional. Valor Global: R$ 15.000,00. CNPJ CONTRATADA : 02.328.280/0001-97 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVICOS S/A.

(SIDEC - 29/01/2016) 393025-39252-2016NE800001

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2016 UASG 393025

Nº Processo: 50608000058201668 . Objeto: Fornecimento de Energia Elétrica para a Unidade Local de São José do Rio Preto da Superintendência Regional do DNIT no Estado de São Paulo. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Trata-se de Fornecedor Exclusivo Declaração de Dispensa em 06/01/2016. RAUL CAPP PALLOTTA. Analista Administrativo. Ratificação em 28/01/2016. ROBERTO MENEZES RAVAGNANI. Superintendente Regional. Valor Global: R$ 28.000,00. CNPJ CONTRATADA : 33.050.196/0001-88 COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ.

(SIDEC - 29/01/2016) 393025-39252-2016NE800001

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2016 UASG 393025

Nº Processo: 50608000055201624 . Objeto: Fornecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a Sede da Superintendência Regional do DNIT no Estado de São Paulo Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Trata-se de Fornecedor Exclusivo Declaração de Inexigibilidade em 06/01/2016. RAUL CAPP PALLOTTA. Analista Administrativo. Ratificação em 28/01/2016. ROBERTO MENEZES RAVAGNANI. Superintendente Regional. Valor Global: R$ 26.000,00. CNPJ CONTRATADA : 43.776.517/0001-80 CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP.

(SIDEC - 29/01/2016) 393025-39252-2016NE800001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2015 - UASG 393023

Número do Contrato: 1/2015. Nº Processo: 50623000324201583. DISPENSA Nº 1/2015. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CPF Contratado: 94245789204. Contratado : JAQUELINE DIAS DOS SANTOS -Objeto: Segundo termo aditivo (1º de prazo) ao Contrato nº 01/2015, cujo objeto é locação de imóvel para abrigar a base da AHITAR no município de Conceição de Araguaia-PA. Fundamento Legal: Art. 57, II, da Lei 8.666/93 Vigência: 01/01/2016 a 01/01/2017. Valor Total: R$19.200,00. Fonte: 100000000 - 2016NE800006. Data de Assinatura: 31/12/2015.

(SICON - 29/01/2016) 393023-39252-2016NE800004

SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016 UASG 277001

Nº Processo: 50770000092201570 . Objeto: Contratação dos serviços com energia elétrica para a Unidade Regional deste DMM em Santos/SP, durante o exercício de 2016. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Serviços essenciais. Declaração de Dispensa em 07/12/2015. ANA MARIA ASSUNCAO ROSA. Gerente de Projeto. Ratificação em 07/12/2015. WANIA MARIA CHAVES STILBEN. Ordenadora de Despesas Substituta. Valor Global: R$ 31.599,82. CNPJ CONTRATADA : 04.172.213/0001-51 COMPANHIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ.

(SIDEC - 29/01/2016) 277001-00001-2016NE800015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2016 UASG 277001

Nº Processo: 50770000100201588 . Objeto: Contratação dos serviços com energia elétrica para a Unidade Regional deste DMM em Recife/PE, durante o exercício de 2016. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Serviços essenciais. Declaração de Dispensa em 07/12/2015. ANA MARIA ASSUNCAO ROSA. Gerente de Projeto. Ratificação em 07/12/2015. WANIA MARIA CHAVES STILBEN. Ordenador de Despesas Substituto. Valor Global: R$ 15.992,60. CNPJ CONTRATADA : 10.835.932/0001-08 COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO.

(SIDEC - 29/01/2016) 277001-00001-2016NE800015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2016 UASG 277001

Nº Processo: 50770000095201511 . Objeto: Contratação dos serviços com energia elétrica para a Unidade Regional deste DMM no Rio de Janeiro/RJ, durante o exercício de 2016. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Serviços essenciais Declaração de Dispensa em 07/12/2015. ANA MARIA ASSUNCAO ROSA. Gerente de Projeto. Ratificação em 07/12/2015. WANIA MARIA CHAVES STILBEN. Ordenador de Despesas Substituto. Valor Global: R$ 125.464,87. CNPJ CONTRATADA : 60.444.437/0001-46 LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A.

(SIDEC - 29/01/2016) 277001-00001-2016NE800015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2016 UASG 277001

Nº Processo: 50770000098201547 . Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de energia elétrica para atender a Unidade Regional em Manaus/AM. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Serviços essenciais ao funcionamento da Unidade Regional em Manaus/AM. Declaração de Dispensa em 07/12/2015. ANA MARIA ASSUNCAO ROSA. Gerente de Projetos. Ratificação em 07/12/2015. WANIA MARIA CHAVES STILBEN. Ordenadora de Despesas. Valor Global: R$ 13.684,28. CNPJ CONTRATADA : 02.341.467/0001-20 AMAZONASDISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.

(SIDEC - 29/01/2016) 277001-00001-2016NE800002

EXTRATO DE DISPENSA DE LICTTAÇÃO Nº 11/2016 UASG 277001

Nº Processo: 50770000102201577 . Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de energia elétrica para Unidade Regional em Belém/PA, no exercício de 2016. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Serviços essenciais ao funcionamento da Unidade Regional em Belém/PA. Declaração de Dispensa em 01/12/2015. ANA MARIA ASSUNCAO ROSA. Gerente de Projetos. Ratificação em 07/12/2015. WANIA MARIA CHAVES STILBEN. Ordenadora de Deespesas. Valor Global: R$ 23.936,74. CNPJ CONTRATADA : 04.895.728/0001-80 CENTRAISELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA.

(SIDEC - 29/01/2016) 277001-00001-2016NE800002

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 UASG 277001

Número do Contrato: 2/2015. Nº Processo: 50770000237201451. PREGÃO SISPP Nº 23/2014. Contratante: MINISTERIO DOS TRANSPORTES -CNPJ Contratado: 10781353000120. Contratado : REI DE OURO MUDANCAS E TRANSPORTESEIRELI - EPP. Objeto: Prorrogação do contrato DMM nº 02/2015, de 15/01/2015 por mais doze meses. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57, da Lei 8666/93. Vigência: 16/01/2016 a 15/01/2017. Valor Total: R$445.292,00. Fonte: 180399010 - 2015NE800014. Data de Assinatura: 12/01/2016.

(SICON - 29/01/2016) 277001-00001-2016NE800015

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

EXTRATOS DE CONTRATOS

Espécie: Contrato nº 017/2016, firmado entre a VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e a WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELLI, CNPJ sob o nº 56.419.492/0001-09. Objeto: Prestação de serviços de motoristas e recepcionistas, para atender as necessidades da VALEC nas unidades da Bahia - BA, referente ao Lote 01. Vigência do Contrato: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura. Valor: R$ 1.038.291,84 (um milhão, trinta e oito mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos). Nota de Empenho: 2016NE000160. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 012/2015. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02; Dec. nº 3.555/00; Dec. nº 5.450/05; Dec. nº 3.722/01; LC nº 123/2006; Dec. nº 6.204/07; IN-SLTI/MP nº 02/2008, e suas alterações, IN-SLTI/MP nº 03/2009, IN-SLTI/MP nº 04/2009, IN/SLTI nº 05/2009 e IN-SLTI/MPOG nº 06/2013; IN-SLTI nº 01/2010, IN-SLTI MPOG nº 02/2010, IN SLTI/MPOG nº 05/2014 e, subsidiariamente, às disposições da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores. Data da assinatura: 29/01/2016. Processo nº 51402.114350/2015-55.

Espécie: Contrato nº 018/2016, firmado entre a VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e a WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELLI, CNPJ sob o nº 56.419.492/0001-09. Objeto: Prestação de serviços de motoristas e recepcionistas, para atender as necessidades da VALEC nas unidades do Distrito Federal - DF, referente ao Lote 02. Vigência do Contrato: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura. Valor: R$ 1.874.251,44 (um milhão, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais quarenta e quatro centavos). Nota de Empenho: 2016NE000161. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 012/2015. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02; Dec. nº 3.555/00; Dec. nº 5.450/05; Dec. nº 3.722/01; LC nº 123/2006; Dec. nº 6.204/07; IN-SLTI/MP nº 02/2008, e suas alterações, IN-SLTI/MP nº 03/2009, IN-SLTI/MP nº 04/2009, IN/SLTI nº 05/2009 e IN-SLTI/MPOG nº 06/2013; IN-SLTI nº 01/2010, IN-SLTI MPOG nº 02/2010, IN SLTI/MPOG nº 05/2014 e, subsidiariamente, às disposições da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores. Data da assinatura: 29/01/2016. Processo nº 51402.114350/2015-55.

Espécie: Contrato nº 019/2016, firmado entre a VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e o INSTITUTO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, CNPJ sob nº 10.427.965/0001-19. Objeto: Prestação de serviços de motoristas e recepcionistas, para atender as necessidades da VALEC nas unidades de Goiás - GO e Minas Gerais - MG, referente ao Lote 03. Vigência do Contrato: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura. Valor: R$ 992.113,66 (novecentos e noventa e dois mil, cento e treze reais e sessenta e seis centavos). Nota de Empenho: 2016NE000162. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 012/2015. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02; Dec. nº 3.555/00;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032016020100106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.